A cristalização de uma "Cultura de Migração" no cotidiano de indivíduos, famílias e jovens interioranos do Ceará[1]

MARIA JURACI MAIA CAVALCANTE*

Este ensaio se refere à existência de uma "cultura" no Ceará, que oferece substrato motivacional para a realização de deslocamentos espaciais intensos. Essa cultura cristalizou-se ao longo do século XX e teve como marco histórico a grande seca de 1877, quando as autoridades governamentais locais forçaram os embarques de retirantes, o que inaugurou sucessivas ondas emigratórias de cearenses para outras regiões do país, que com o tempo passaram a ser feitas "espontaneamente", em articulação com uma rede de parentes e amigos, que efetiva, hoje, projetos migratórios de indivíduos e famílias rurais, especialmente de jovens, em busca de concretizar anseios de trabalho e de consumo e entrar em sintonia com a "modernidade" brasileira.

> "Os habitantes da capital estavam sitiados completamente pela epidemia. Os abarracamentos dos retirantes circulavam a cidade, e onde existia um emigrante, podia-se afirmar, estava um varioloso... O cerco foi apertando-se dia a dia, e pouco tempo depois a peste entrava em Fortaleza. Os cadáveres dos bexigosos eram conduzi-

[1] O presente ensaio foi extraído de um capítulo de minha tese de doutoramento, intitulada "Os fundamentos sócio-históricos de uma tradição de migração no Nordeste do Brasil - a mobilidade espacial de famílias e jovens camponeses, analisada à luz do caso do Ceará." Para desenvolvê-la, a autora procedeu a uma pesquisa bibliográfica e empírica, que forneceu as bases histórico-sociais de uma análise de cunho sociológico. A pesquisa empírica recebeu um contorno qualitativo, promovendo a realização de observação, entrevistas, histórias de vida e análise de notícias de jornais, no período compreendido entre março de 1993 e março de 1994, em várias localidades do interior cearense. A referida tese foi publicada na Alemanha, pela Editora Iko, de Frankfurt e teve a sua defesa e aprovação firmados em 24.02.1995, junto à Universidade de Oldenburgo.

* Doutora em Ciências Sociais e Econômicas pela Universidade de Oldenburgo-Alemanha. Professora da Faculdade de Educação da UFC.

> dos para o cemitério, amortalhados com os trapos que vestiam. Alguns tinham como esquife a rede rota e imunda, outros, mais desgraçados, nem estas possuindo, iam amarrados de pés e mãos a um longo pau para a vala e conduzidos por dois retirantes, aos quais o governo pagava quinhentos réis por cadáver... As valas dos cemitérios recebiam mais de 1000 corpos por dia, e a peste a recrudescer!... Os cadáveres ficavam às vezes insepultos por mais de vinte e quatro horas, por não haver coveiros em número suficiente para o serviço de enterramentos".[2]

O trecho acima integra outras tantas trágicas páginas do romance "A Fome" (1890) de Rodolfo Teófilo, o qual tem a Grande Seca de 1877/79 e seus desdobramentos sociais como tema principal. Para além de sua qualidade literária, essa obra reveste-se de um inestimável valor historiográfico e sociológico, registrando, passo a passo, o itinerário sócio-espacial das populações interioranas do Ceará em busca da sobrevivência possível num quadro de agravamento da miséria social trazida pela falta prolongada de água, morte de gados e plantios.

Teófilo não limita-se à descrição do processo desumano da "retirada" de famintos dos sertões em direção à capital da Província. A sua sensibilidade sociológica se faz evidente na exuberância de detalhes com que descreve o impacto daquela catástrofe sobre o ordenamento material e simbólico de famílias, grupos e indivíduos de todas as idades, reduzidos à condição ínfima de massa humana desgarrada, sem possibilidade de assegurar qualquer referência moral de ação que não fosse a sobrevivência mais chã: homens feito bichos, aqui e ali, a se devorar; mendigos maltrapilhos e ensandecidos, acossados pela fome, a assentir com a prostituição de suas mulheres, irmãs e filhas.

O relato é levado ao clímax quando as autoridades governamentais, diante da situação social e higiênica explosiva que a presença de milhares de retirantes criava em Fortaleza, decidem promover o deslocamento de massa miseráveis para outras pro-

[2] Téofilo, Rodolfo - A Fome/Violação; organização, atualização e notas por Otacilio Colares. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979. Pág. 156 - 157.

víncias e regiões do país. Tal decisão foi motivo de pânico entre os flagelados e, em face da forma arbitrária e caótica como passou a ser feita, redundou numa emigração forçada, um episódio que Teófilo retrata em linguagem cinematográfica:

> "Chegou a hora da separação. Quatrocentos retirantes de todas as idades marchavam em préstito para o porto da cidade. Era triste aquela procissão, como o desfilar de um enterro. Todos magros, macilentos e esfarrapados, davam ao cortejo a cor sombria da tristeza. Forçados a abandonar a terra natal caminhavam desalentados. Pela cadência do passo lento e grave podia-se avaliar o desgosto que lhes ia na alma! Seguiam em silêncio, e muitos tinham os olhos pisados de chorar! Chegaram ao porto do embarque. Quatro grandes lanchas, próximas da praia pela vazante da maré, se balançavam nas ondas da arrebentação, esticando as correntes das amarras, cujas âncoras mordiam as areias do porto.(....) Não havia um cais, uma ponte para atracar as embarcações. Não havia ali respeito à velhice, decoro à honestidade e proteção à infância!... As crianças gritavam assombradas quando se viam carregadas de mar adentro, e muitos carregadores faziam-nas calar a empuxões! Além do modo bárbaro de embarcá-los, por cúmulo da perversidade, a zombaria dos trabalhadores, a galhofa que faziam dos seios das mulheres expostos pela nudez à sua brutal irrisão e que a fome havia reduzidos a murchas pelangas.(...) Quanto mais se afastava o navio, mais aumentava o alarido. - Meu pai que vai! Minha mãe que ficou! Meu filho! Meu marido! Meu irmão! Quase todos exclamavam, quase todos lastimavam uma afeição que ficava, um amor que seguia."[3]

É na obra seguinte "O Paroara" (1899) que Teófilo dá continuidade à cobertura sociológica das emigrações maciças abertas pela catástrofe sócio-climática de 1877. É através da memória do personagem João das Neves que o autor realiza o encadeamento histórico do hiato que vai de um livro ao outro:

> "João das Neves morava nesse sertão do Ceará, onde nascera havia trinta anos. A seca de 1877 ou antes a desumanidade de um capitão de navio fê-lo órfão muito criança ainda. Nunca mais esquecera o êxodo dos famintos e os primeiros instantes de seu abandono nas praias de Fortaleza; sua alma, vinte anos depois,

[3] Idem, pág. 124 - 128.

> ainda sentia, tão funda fora aquela mágoa. Quando o comissário, encarregado do embarque dos retirantes ordenou o transporte para o lanchão e João das Neves viu que lhe levavam os pais, os irmãos e pensou que o deixavam à toa, quase morreu de chorar."[4]

Se os primeiros embarques foram forçados e traumáticos para os retirantes e suas famílias, com o tempo, eles foram se tornando mais regulares e "espontâneos". As notícias sobre a fartura de águas, alimentos, trabalho e riqueza na Amazônia, em finais do século XIX, traziam "esperança" para a população pobre do sertão que, acuada pelas sucessivas secas e pelo latifúndio, se deixava encantar pela conversa de enriquecimento certo naquela região. Esse fato veio inaugurar uma nova fase dos deslocamentos migratórios no Ceará, que não iriam mais limitar-se à caminhada para o litoral em busca de assistência governamental e de caridade pública. Os sertanejos lançam-se ao mar à procura do Eldorado. Na obra de Teófilo é o encontro de João das Neves com o "Paroara" José Simão que nos fala do significado dos "agentes" de seringalistas no processo de recrutamento de cearenses:

> "Em um desses passeios a novidade que encontrou, a ponto de alarmar a freguesia inteira, foi a chegada do Paroara José Simão. Ele o viu na igreja na ocasião da missa e não o teria reconhecido se não lhe dissessem. Nada parecia com o retirantezinho magro e maltrapilho que embarcou na seca de 77 para o Amazonas. Agora estava um caboclo entroncado e bem vestido como um homem de respeito. João das Neves, logo que lhe contaram a história do Paroara, e o mostraram, não o perdeu de vista. Fazia-lhe uma confusão no juízo aquela transfiguração. Um molengas de um emparlemado, que nunca foi homem para ele, estar assim vestido de roupa boa, correntão de ouro, chapéu-de-sol, era um fato que o desorientava.
>
> Com ele, todos da vila estavam espantados. Já tinha ouvido diversos comentários que muito abonavam a riqueza do Paroara e a sua posição."[5]

[4] Téofilo, Rodolfo - O Paroara. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1974, pág. 25.

[5] Idem, pág. 103.

Figuras como José Simão eram encarregadas do recrutamento de cearenses para os seringais da Amazônia, garantindo o financiamento de viagem de navio, após encantar a todos, com as promessas de ganho farto e certo. Na realidade, essa forma de recrutamento resultava, segundo Teófilo, na escravização de homens livres, forçando muitos deles a ficar definitivamente na Amazônia, pela vultuosa dívida que o emigrante assumia, previamente, no momento em que aceitava o financiamento da viagem.

Os homens migravam, em geral, sós, deixando suas famílias com a promessa de voltar enriquecidos. A viagem de navio durava vários dias e nela, sob condições bastantes precárias, muito emigrantes adoeciam e morriam. O balanço das águas, o sol forte, a alimentação inadequada, juntamente com a superlotação dos navios, implicavam em grande sofrimento para os emigrantes. Estes chegavam à Amazônia bastante abatidos e, já arrependidos, pensavam no erro que tinham cometido ao aceitarem migrar.

Após o relato minucioso sobre as árduas condições de vida e de trabalho nos seringais, Teófilo chama atenção para o fato de que o retorno de algumas centenas de cearenses ao seu local de origem - os quais, embora doentes e envelhecidos, traziam algum dinheiro - alimentava nas populações sertanejas o desejo renovado de partir. Rodolfo Teófilo afirma que mesmo em anos invernosos, levas de cearenses continuavam a emigrar, fosse para o "norte" ou para o "sul".

> "Sugestionados pelo dinheiro dos Paroaras e confiando pouco na proteção do Governo em tempos de fome os cearenses continuavam a sair.
> Os poderes públicos, na impossibilidade de fechar os portos à emigração, sentindo-se fracos em vista de sua atitude passiva durante a fome de 1898, decretam medidas que atentavam contra a liberdade de locomoção do cidadão dentro do território brasileiro, assim exigiam do homem do povo, deste eterno pária, no ato de embarcar, passaporte, folha corrida; como se ele não fosse brasileiro e não fosse viajar dentro do país. Impediam que saísse, exigiam que ficasse para, nos tormentosos dias da seca lhe negarem toda a proteção e auxílio garantidos pela Constituição, deixando que os governos dos prósperos Estados do Norte o levassem para colonizar as suas desabitadas terras.

> Fortaleza estava cheia dessa população adventícia.
> As agências das companhias de vapores em véspera e dia de paquetes do Sul, regurgitavam de emigrantes. Causava estranheza o tom plangente com que pediam para lhes venderem passagens quando a isso se recusava o agente.
> Alegavam que se acabavam de fome. Queriam sair; e quando alguém ponderava as endemias da Amazônia, respondiam convictos: - É melhor morrer de doença lá do que de fome aqui."[6]

O êxodo de cearenses revolta Teófilo que aponta, ora as autoridades governamentais, ora a "teimosia" do sertanejo como responsáveis pela crescente hemorragia populacional. A extraordinária acuidade analítica do historiador não chega ao ponto de levá-lo a entender que nem bons invernos ajudariam na dissolução de barreiras sociais criadas pelo latifúndio, para que a cultura do sedentarismo fosse coletivizada no Ceará. Daí esteve a intrigá-lo, sempre, a tal mobilidade espacial dos pobres sertanejos, a qual, cem anos depois, ainda perdura, chova ou faça sol.

Em vários outros momentos da história social do Ceará, no perpassar das décadas do presente século, encontramos episódios igualmente dramáticos em que o cenário do êxodo desenhado por Rodolfo Teófilo reaparece, sendo os flagelados das secas utilizados em "frentes de trabalho" para a construção de obras de açudagem e de estradas; em projetos de grande impacto sócio-político, como nos casos da famosa "Batalha da Borracha", por ocasião da Segunda Guerra Mundial e da edição do projeto de transferência populacional de nordestinos para a construção da Transamazônica, na década de 70; em meio a esse contingente, os cearenses também se encontram entre os desterrados do sertão inclemente que participam da construção de Brasília, da industrialização do sudeste do país e do processo de alargamento imobiliário e populacional de inúmeras grandes cidades brasileiras.

Nos dias atuais, basta um olhar mais atento para a problemática da migração no Ceará, para constatar que, no dia a dia da população interiorana, esse processo continua intenso, muito em-

[6] Idem, pág. 224.

bora, sob uma outra configuração. O movimento de migrantes nas estradas não ocorre apenas em função das secas; é perene! Mas ele se agrava em volume e intensidade a cada nova estiagem e ganha maior visibilidade social.[7] Em função dessa constatação defendemos a tese de que a cristalização de uma "cultura de migração" no Ceará fez dos deslocamentos espaciais, ao longo dos tempos, uma prática social institucionalizada, ou seja, orientada por certos valores, expectativas e modelos socialmente previsíveis. Isso significa que a análise sociológica da decisão individual, grupal ou coletiva de migrar precisa ser diferenciada, embora não desvinculada, de abordagens estritamente econômicas, para que a sua dimensão mais subjetiva ganhe corpo e autonomia.

Ao que parece, se a decisão de migrar tem sido "forçada" ou "dirigida", ao longo de décadas, em função de estiagens cíclicas ou da estrutura latifundiária imperante no Ceará, ela tem representado, ao mesmo tempo, em muitas situações, a única solução capaz de permitir a sobrevivência e a reprodução social de segmentos representativos das massas campesinas que, de outra forma, teriam sido condenados à marginalidade ou à extinção.

Ao lado da permanência desses fluxos de migração, constatamos, através de conversas informais e entrevistas que realizamos com uma centena de pessoas, que é muito comum, no âmbito da vivência familiar do meio rural, a preservação de uma memória social formada a partir da experiência de várias gerações, a qual engloba relatos retirados de seus antepassados, de parentes próximos ou distantes, de amigos e vizinhos; são histórias ouvidas, vividas e repassadas, desde as primeiras vivências das crianças interioranas.

Há casos de famílias em que todos os membros foram embora; de outras, em que uma parte ficou no local de origem e o

[7] Lamentavelmente, não localizamos até o presente momento, estudos globais e sistemáticos, inclusive do governo do Estado do Ceará, através do seu Instituto de Planejamento (IPLANCE), sobre o assunto. Isso significa que o movimento migratório originário do Ceará ainda não mereceu uma atenção particular dos governantes, embora tenha o valor de "moeda corrente" nas conversas e ocorrências cotidianas das populações interioranas.

restante migrou, sem deixar de haver, de modo e intensidades variadas, formas de intercâmbio, de experiências, informações, favores e mútuas ajudas de natureza financeira e afetiva, formando verdadeiras e amplíssimas "redes" de solidariedade, bem como um núcleo cultural importante da educação, no âmbito familiar e comunitário.

Essa cultura de migração atua de modo a favorecer a gestação de projetos individuais e familiares de vida, alimentando formas definidas de representação social e de desejos coletivos, que ajuda na formulação de soluções para problemas de origem pessoal, familiar e social, incluindo o terreno da conduta moral e política.

Qualquer problema que apareça como tal no cotidiano, tem como pano de fundo, no ambiente social dos pobres interioranos no Ceará, essa possibilidade em aberto. A gravidez indesejada e inoportuna de uma jovem solteira; problemas familiares gerados pelo autoritarismo dos pais ou pela censura da comunidade local, devidos a razões de ordem moral ou criminal, para aqueles que se envolvem com roubos e assassinatos, tornando-se, assim, alvo de perseguição policial ou ameaças de morte, casamento forçado, etc. Um somatório desses casos, aparentemente isolados, leva-nos a identificar todo um complexo cultural que favorece normalmente a adoção da migração como solução primordial.

Além de estar profundamente enraizada na vida cotidiana dos indivíduos e famílias interioranas, essa cultura de migração permite hoje, por outro lado, que a decisão de emigrar seja "planejada", o que reduz, de forma antecipada, o impacto que as distâncias e confrontos culturais com as regiões de destino podem causar, as quais, certamente, castigaram muito mais as primeiras gerações de emigrantes nordestinos e aqueles migrantes que, nos dias atuais, se aventuram a migrar sozinhos.

Por isso, aquela visão estereotipada do nordestino que cai assustado na cidade grande não corresponde mais, regra geral, à experiência de chegada do migrante individual grande centro urbano, por ocorrer após várias décadas de experimentos geracionais de migração, muito embora, brotem, ainda, teimosamente, formas de migração forçada de grupos de camponeses flagelados, por

ocasião das secas, em que certos segmentos da população sertaneja, no Ceará, são empurrados para Fortaleza, onde os mesmos se dividem entre a mendicância nas ruas e a exigência de assistência governamental.

Essa última forma de deslocamento espacial, bem como a migração de longa distância, com o objetivo de obtenção de emprego, retêm a mesma estratégia de sobrevivência adotada pelo sertanejo pobre há mais de 100 anos, sem, contudo, esgotar novas possibilidades, inscritas em outros movimentos sociais paralelos, de natureza sindical e mais reivindicatória, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

A cultura a que nos referimos, insistentemente, está integrada a uma ampla rede de familiares e amigos que estimulam a migração e se solidarizam com o migrante recém-chegado e, antes disso, prestam-lhe informações sobre o processo de migração - quando o migrante ainda aguarda o momento da partida - e favorecem a sua adaptação no novo mundo que irá enfrentar.

Os migrantes sabem, de antemão, os limites e as possibilidades que a ida para um centro urbano lhes oferece e não vão imbuídos de uma expectativa de enriquecimento fácil e ilusório, e sim, de uma disposição de trabalho em troca de um a dois salários mínimos; de ter a carteira de trabalho assinada, de ganhar experiência como trabalhador num centro mais desenvolvido, de comprar alguns bens de consumo que almejam para si e/ou para suas famílias. De resolver, enfim, o problema da estagnação em que vivem nos ambientes interioranos, onde a circulação de mercadorias, de oportunidades de trabalho e de dinheiro, em muitas situações, está restrita ao consumo daqueles segmentos médios e superiores da sociedade, de quem recebem apenas migalhas e favores, por ocasião da prestação eventual de serviços e das eleições municipais e estaduais.

Os migrantes têm, portanto, uma visão bastante realista do que a ida para uma São Paulo pode lhes trazer, concretamente, como perspectiva temporária e/ou definitiva de vida. Para eles, já não existe nenhum Eldorado, embora - coerentes com a tradição e independente de que os antigos pólos atrativos de migração tenham esgotado ou estagnado as suas possibilidades econômicas

de absorção de migrantes nacionais - continuem a procurar as regiões Norte (Belém), Centro-oeste (Brasília), Sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro), bem como, a capital do Ceará (Fortaleza), para concretizar os seus projetos de ampliação de perspectivas de vida, imediatas ou futuras, vindo aí a constituir os segmentos populacionais pobres e favelados.

Para os fins deste trabalho, o fluxo migratório dirigido à cidade de São Paulo constitui-se no eixo principal de nossas referências, considerando a simbologia de que a mesma se reveste, por ser o centro industrial, comercial, tecnológico e financeiro, produtor de um mercado "moderno" de proporções colossais que atrai trabalhadores de todo o país e, em particular, do interior do Ceará, mesmo numa situação estrutural e conjuntural de "crise" que caracteriza, há mais de 10 anos, a economia brasileira.

Quem viaja pelos campos e interiores do Ceará constata condições de existência, moradia, trabalho e consumo muito precárias para a maioria da população, principalmente quando comparadas ao estilo de vida das classes proprietárias e médias que se fazem presentes na vida social local, na condição de fazendeiros, políticos, comerciantes, profissionais liberais e funcionários da rede de instituições governamentais e de serviços que atuam na região. Tais segmentos propagam formas "modernas" e urbanas de ser que, aliadas às imagens e informações trazidas pelos meios de comunicação de massa, em especial, a televisão - oferecem às populações pobres dos mais recônditos lugarejos e, em especial, aos jovens, uma idéia do que seja a vida nas grandes cidades, em seus aspectos positivos e negativos, como é o caso da oferta de bens e empregos e da miséria e violência urbana, respectivamente.

Imagine-se, a seguir, um cenário em que o indivíduo é jovem e habita uma casa primitiva de taipa, localizada à beira de uma estrada ou na periferia de uma pequena cidade interiorana, de onde presencia, desde os primeiros anos de vida, o ir e vir de veículos de carga e de passeio, transportando pessoas e mercadorias, remetendo, portanto, à idéia da existência de outros espaços geográficos e centros produtores de mercadorias, estilos diferentes de vida e possibilidades maiores de consumo.

É evidente que na situação de abandono e desestímulo em que o indivíduo se encontra pela falta de novas possibilidades de existência, a primeira reação será a de pensar em tomar a estrada e imaginar que em outro lugar haverá trabalho, dinheiro e progresso pessoal e material. Somemos a isso, os relatos de experiências positivas de migrantes e familiares, que lhe chegam socialmente e o fato de encontrar-se numa fase da vida, muito propícia aos sonhos e desejos de autonomia e de realização pessoal.

Seria ainda mais completo dizer que para o jovem camponês o projeto de migração tem o mesmo valor social do ingresso na universidade para os jovens urbanos de classe média e alta. A juventude interiorana espera o momento de completar dezoito anos, ter o direito à sua carteira de identidade e o dever de ingressar no Serviço Militar, do qual a maioria é dispensada por não possuir os requisitos exigidos ao nível da compleição física e da escolaridade mínima. Com os documentos civil e militar em mãos, podem os jovens migrar em busca de outra qualidade de vida sem que tenham escolarização regular e uma profissão definida, sendo essa a característica principal da juventude migrante do interior do Ceará.

Na paisagem interiorana, a presença de tantas maravilhas tecnológicas - caminhões, automóveis, ônibus, tratores, motocicletas, telefone, eletrodomésticos, etc. - dá aos jovens a medida do que poderão encontrar nos centros produtores de onde saem tais mercadorias, para serem ali comercializadas e consumidas apenas por minorias privilegiadas. Contudo, a atração que tais equipamentos modernos exercem sobre o campesinato pobre não decorre, isoladamente, do simples desejo de possuí-los, mas da necessidade de compartilhar de um outro modo de vida que o liberte da monotonia que o ciclo produtivo da atividade agrícola exercida em "terras alheias" lhe impõe e, na qual, não vislumbra futuro melhor, a começar pela periodicidade de oferta de trabalho, restrita a baixos salários por alguns meses do ano e inviabilizada, radicalmente, em épocas de estiagens prolongadas.

Isso não significa dizer que a decisão de emigrar em busca de um centro urbano como São Paulo se dê em função da mera sobrevivência, da troca de trabalho por salário, do abandono de

possuir um título de proprietário de terra pela condição pura e simples de assalariado na cidade grande.

Subjacentes ao projeto de migração estão muitos outros desejos de realização pessoal, familiar e social, construídos ao longo da vida e presentes na educação familiar e comunitária desses segmentos sociais. Por isso, as pesquisas sobre migrações internas no Brasil não deveriam se contentar com uma certa objetividade motivacional que os estudiosos supõem encontrar nas respostas de migrantes, quando justificam a decisão de migrar pela "busca de trabalho" e por "melhoria de vida".

Se num primeiro olhar, a "busca por melhoria" aparece como justificativa do ato de emigrar é porque o pesquisador restringiu o alcance que uma entrevista pode ter junto a outras técnicas e fontes de pesquisa, no processo de investigação. Nem sempre se pode chegar a conclusões esclarecedoras sobre o universo motivacional da migração, limitando o diálogo com o entrevistado com base num jogo mecânico de perguntas e respostas que ele estabelece com um interlocutor desconhecido. É preciso ainda levar em consideração a tendência etnocêntrica do pesquisador de simplificar o universo mental e lingüístico do outro, quando se trata de alguém pobre, de origem campesina e analfabeto. Entre o pesquisador e o "investigado" há muitas outras distâncias que remetem o problema para o campo dos valores sociais.

A princípio, parece incompreensível que o indivíduo saia do interior do Ceará para ser submetido, em São Paulo, a uma relação de assalariamento onde percebe de 1 a 2 salários mínimos, a um regime intensivo de trabalho que inclui, invariavelmente, horas-extras à já cansativa jornada de 8 horas de trabalho, que resulta em desgastes imensos do ponto de vista físico, psicológico e social. Portanto, uma relação de trabalho onde ele é brutalmente explorado e que se constitui na regra compartilhada por milhares de cearenses e nordestinos que trabalham em São Paulo e outras cidades por esse país afora.

A qualidade de vida garantida por tais regras de trabalho e de assalariamento também será muito precária: habitar favelas, realizar longos e caros deslocamentos diários para o local de trabalho, não ter direito às ofertas de uma cultura de entretimento e

de lazer que uma cidade grande oferece ao cidadão médio - viagens em fins de semana, cinema, teatro, festas, bares, restaurantes, etc. - e estar exposto à violência urbana.

Contudo, ter acesso a um mercado de trabalho como o de São Paulo põe o migrante em sintonia com possibilidades de renda e de salário mais regulares - embora esteja também sujeito a uma alta rotatividade de emprego - com a legislação trabalhista e previdenciária vigente, com a oferta de serviços públicos de educação e saúde como também de consumo, que não encontram paralelo ao que lhe é oferecido no interior do Ceará, onde prevalecem formas arcaicas de assalariamento e de relações sociais que o imobilizam e o põem à parte desse mundo tecnológico que acredita facilitador da vida cotidiana. Em outras palavras, essa almejada realização pelo consumo, que dá a medida de uma sintonização com a modernidade, só é palpável quando o indivíduo migra para lugares onde há oferta de trabalho, serviços e direitos; onde circula dinheiro e concentram-se atividades industriais, comerciais e financeiras que geram a riqueza.

É óbvio que para aqueles segmentos populacionais agraciados com salários em níveis de consumo mais alto, auferir de um a dois salários-mínimos pode não ser importante. Mas para o migrante pobre, de origem campesina, isso significa muito mais. Dependendo da forma como ele pratica o seu projeto de migração, de como lida com o seu salário, é possível - segundo a própria avaliação de migrantes por nós entrevistados - com o passar dos meses e anos, adquirir certos bens de consumo que, de outra forma, jamais lhes chegariam às mãos senão pelo roubo - solução adotada por alguns segmentos da juventude migrante e/ou filhos de migrantes, em contacto com as adversidades da cidade grande - à casa de seus pais, de sua família nuclear ou do grupo de referências que o vincula às suas raízes. Também para os que permanecem ligados à atividades agrícola, a migração temporária para São Paulo significa a possibilidade concreta de uma monetarização, para retornar e aplicar na agricultura, tornando possível a sobrevivência da família e da atividade em questão.

A análise de relatos colhidos junto a migrantes cearenses sobre as razões que os impulsionaram a migrar permite ver que,

coladas à necessidade de trabalho, estão outras expectativas igualmente importantes, que correspondem a desejos de satisfação pessoal e social bem mais amplos do que o mero consumo. Como exemplos, citaremos a necessidade de comprar roupas mais apresentáveis; de voltar, temporária ou definitivamente, ao local de origem, com uma aparência melhor; de ter um relógio no braço, portar um rádio toca-fitas, possuir uma bicicleta ou uma motocicleta. Não raro, a migração contém um projeto de retorno e com ele, os indivíduos almejam adquirir "prestígio social" na comunidade de origem.

Essa expectativa é muito comum entre os jovens interioranos que desejam fazer sucesso com as garotas e espelham-se na experiência de familiares ou amigos que foram e que são alvo de atenção e de cobiça, por ocasião de seus retornos à localidade de origem. Há casos em que o jovem migra em busca de ter a sua carteira de trabalho assinada ou obter a sua carteira de motorista. Ter registro profissional e ser contratado legalmente por uma firma ou empresa formal é, em geral, uma possibilidade bastante remota no sertão do Ceará, o que não é o caso de São Paulo, onde a demanda por mão-de-obra é muito maior, representando um mercado de trabalho de proporções espantosas quando comparadas, inclusive, com a capital do Ceará, Fortaleza. São Paulo é um mercado de proporções tão colossais que mesmo em tempos de "crise", oferece muito mais oportunidades do que o Ceará, ainda que em caráter temporário.

Para o migrante que retorna com carteira assinada e/ou experiência de trabalho em firmas grandes do "Sul", se torna muito mais fácil dirigir-se a uma empresa local ou em Fortaleza, para obter um emprego, do que para um trabalhador que jamais teve esse vínculo ou vivência. Nesse caso, a experiência em São Paulo torna-se um "capital" cultural, um investimento profissional para o resto da vida e que pode ser decisivo para o seu futuro.

Em relação a isso, é interessante destacar que as populações interioranas das áreas centro-sulinas do Ceará têm muito mais contacto "simbólico" com São Paulo e outras regiões do norte e do Centro-oeste do país do que com Fortaleza. Em muitos casos, eles partem para São Paulo, sem jamais terem pisado na capital do

Estado. Fortaleza aparece em suas representações como uma cidade de oportunidades restritas de trabalho, onde o dinheiro é superconcentrado e a concepção de trabalho de suas elites é definida segundo regras de servilidade, onde a legislação trabalhista não é respeitada. As crianças e jovens escutam, desde cedo, muito mais sobre São Paulo e Brasília, do que sobre Fortaleza. Esta é uma cidade de referência secundária para a emigração de jovens trabalhadores masculinos, ocorrendo o oposto com as mulheres, em face do largo mercado de "trabalho doméstico" em casas de família, embora haja, também, espaço para rapazes em jardinagem, vigilância e na indústria de construção civil.

Fortaleza atrai, principalmente, migrantes de cidades mais próximas do seu perímetro metropolitano oferecendo trabalho, sobretudo na indústria de construção civil, a qual tem sido bastante dinâmica nos últimos anos em função da intensa especulação imobiliária e do incentivo governamental ao turismo. No conjunto do Estado do Ceará, contudo, observa-se um certo "mapeamento" dos fluxos migratórios, devido à especialização de certas áreas em dadas direções de emigração, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belém, que são divididas com a busca pela capital, Fortaleza.

A definição por uma ou outra direção se dá em função dos antecedentes históricos de emigração dos diversos municípios e localidades, os quais são repassados no interior das famílias e das redes de solidariedade ao longo de sucessivas gerações. É, inclusive, em função dessas tradições emigratórias que são estabelecidas as áreas de atuação das empresas privadas de ônibus que fazem o transporte interestadual e inter-regional de migrantes, entre as quais estão agentes empresariais de outras regiões do Brasil, como é o caso da Empresa Itapemirim, do Espírito Santo, e de Minas Gerais, a Empresa Gontijo, que atuam de forma intensa na região, com linhas diárias e permanentes de idas e vindas entre São Paulo, Brasília e Ceará, lotadas nas cidades interioranas de maior porte, como é o caso de Sobral, Crateús e Juazeiro do Norte.

São Paulo se torna atrativa por oferecer relações de trabalho, onde tanto a remuneração, quando a aplicação da legislação trabalhista se fizeram mais largas do que no Nordeste e no Ceará, em

particular, além da já referida oferta efetiva de oportunidade de trabalho. Tais circunstâncias diferem, radicalmente, das condições de trabalho oferecidas para o camponês pobre no interior ou mesmo na capital, Fortaleza. Para ele, como já falamos, nem a chuva ou a suposta "abundância" que bons invernos trazem para a economia de subsistência realizada em pequenas propriedades ou em terras alugadas garantem o acesso regular ao "dinheiro" e, conseqüentemente, à manutenção de suas atividades agrícolas (compra de sementes, equipamentos e instrumentos de trabalho, etc.) e de outras mercadorias como alimentos industrializados, bicicleta, roupas e eletrodomésticos, que o dinheiro pode comprar e que facilitariam a sua vida e a da família.

Esse mercado de bens é desejado pelo camponês que, informado pela oferta de consumo existente, já não se conforma com um nível de subsistência "franciscano" que a estrutura social injusta, típica da região, quer lhe impor. Ele está em conexão com as regiões mais modernas do país, tanto através da televisão e da transbordante propaganda publicitária - que tende a diluir quaisquer limites espaciais e culturais no Brasil - quanto por meio das informações que recebe de parentes e amigos que migraram temporária ou definitivamente para centros modernos como São Paulo. Por isso, é certo dizer que a propagação de bens modernos de consumo tem sido, simultaneamente, familiar e televisiva. As duas formas de propaganda convivem, lado a lado, e reforçam permanentemente nas populações, sobretudo jovens do interior, a convicção de que é preciso migrar para que o acesso a esse mercado seja possível.

Entrar em contacto com a modernidade alimenta o desejo de consumir certos equipamentos domésticos que, indubitavelmente, facilitam a vida cotidiana, de gozar de um padrão de vida de estilo urbano, seja no campo, seja na cidade; de trazer a televisão para o centro da casa e estar, assim, conectado com o mundo urbano, com o mercado, os hábitos e estilos de vida, que são retratados com grande riqueza de imagens e detalhes, especialmente, pelas novelas televisivas, mesclando, inclusive, tempos históricos e espaços sócio-geográficos distintos, com a apresentação e temáticas, ora urbanas, ora rurais, ressaltando vivências cultu-

rais diferenciadas de várias regiões de país - do Rio Grande do Sul germânico ao Pantanal matogrossense, da efervescente e perigosa Rio de Janeiro às fazendas de escravos e café do século XIX. Além das novelas de grande audiência popular, há ainda os noticiários, os programas de auditório - os quais são produzidos em São Paulo e Rio de Janeiro, em função de platéias e de uma calourada compostas, essencialmente, por migrantes nordestinos - as coberturas jornalísticas de acontecimentos policiais e ações criminais de indivíduos e quadrilhas urbanas organizadas, além de filmes importados que retratam o "*way of life*" e o universo criminal dos americanos do Norte.

A necessária e desejada sintonia das populações interioranas do Ceará com a modernidade é concretizada através da "informação" e da "migração", considerando que as possibilidades de renda e de salários locais não são suficientes para o consumo. A televisão substitui, inclusive, a precária escola pública rural na educação das populações interioranas, a qual não ultrapassa o ensino dos primeiros passos para a aprendizagem da leitura, escrita e das quatro operações básicas da matemática, fazendo-o de modo bastante precário, com um corpo de professoras semi-analfabetas e sub-remuneradas, que lidam com alunos que não podem permanecer além de três anos na escola, pela necessidade de contribuir desde a infância com o trabalho para garantir a sobrevivência familiar.

Indubitavelmente, São Paulo está no centro dessa cultura de migração, como símbolo de uma presumida oferta de oportunidades de trabalho e de consumo para indivíduos profissionalmente "desqualificados" e analfabetos, por espelhar a certeza de um emprego. Como sabemos, mesmo empresas modernas, em São Paulo, têm absorvido, nas últimas décadas, esse tipo de trabalhador e, com o tempo, capacitam-no para o trabalho industrial, com base na prática e com auxílio de equipes internas de treinamento. A desqualificação do migrante tem sido compensada pela forte disposição para o trabalho "pesado", assegurada pela experiência anterior com a atividade agrícola e pela determinação intrínseca ao próprio ato e decisão "heróica" de migrar. Além disso, a sua inexperiência político-sindical reduz, pelo menos inicialmente, o

seu poder reivindicatório, o que o leva a sujeitar-se a baixos salários, sendo bastante conhecida a boa receptividade que o migrante nordestino encontra, pelo menos até o início da década de 90, junto a empresas paulistas dos setores industrial e de serviços.

Falamos até aqui sobre a existência de uma cultura de migração articulada com uma rede de parentes e amigos que facilitam a migração e de aspirações ao consumo e à modernidade, como fontes sociais de estimulação à emigração de cearenses interioranos; de como as mesmas são legitimadas por segmentos de "setores modernos" da economia brasileira, através do exemplo dos investimentos privados no setor de transportes coletivos inter-regionais e da relativa facilidade com que ocorre a absorção temporária do migrante cearense por empresas do Sul.

A família representou, historicamente, um papel fundamental na orientação societária e na fixação populacional do Ceará, diferenciando-se, contudo, em função da hierarquização social decorrente do sistema social de divisão de terras. A família patriarcal de grandes proprietários, teve sempre uma maior "solidez" quando comparada com a do camponês pequeno proprietário e do morador em terras alheias que tendeu a ser deslocada e/ou desestruturada, ao menor sinal de adversidade social e climática. Os efeitos das estiagens cíclicas, assim como do latifúndio, que abalam essas populações há mais de um século - os quais já foram fartamente mostrados na reconstituição dos seus percalços migratórios - continuam operando como componentes estruturais que impedem a fixação das populações sertanejas.

Contudo, a ameaça permanente de dissolução da família pobre do campo não desfez a sua funcionalidade na dinâmica da produção agrícola e de reprodução social, enquanto componente obrigatoriamente integrante de uma economia de subsistência. Mesmo "desmembrada", espacial e socialmente distanciada, a família continuou a exercer um papel relevante e definidor da vida desses segmentos populares.

De modo geral, a família campesina cearense caracteriza-se, como ocorre em toda estrutura social rural tradicional, por uma prole numerosa que cria para a mulher obrigações domésticas como ocupação principal, sem anular, contudo, a sua participação junto

ao homem na realização de tarefas agrícolas. Mas, cabe ao homem o papel social de provedor supremo e de autoridade maior no interior da organização familiar, reproduzindo, entre os pobres, o modelo patriarcal dominante nas 'fazendas'.

Essa autoridade, contudo, está longe de ser comparável ao poder atribuído ao patriarca que organiza a grande propriedade, pela fragilidade econômica do chefe de família destituído do direito de posse da terra. Trabalhando em terras alheias e destituído de bens para reger o 'sistema de heranças' e assegurar a sobrevivência e reprodução social da família - o que efetivamente garante todo o poder familiar e social ao patriarca-proprietário mesmo após a maioridade dos filhos - o camponês pobre só pode exercer a sua autoridade sobre os filhos enquanto os mesmos são crianças e não atingiram a "maioridade" definida segundo regras sociais e jurídicas. Isso não significa, contudo, que a ausência de base material para o prolongamento da autoridade paterna sobre os filhos que atingem a maioridade anule-a completamente, visto que outros valores de ordem religiosa e moral também jogam um papel importante na definição das regras de relações familiares do meio rural cearense.

As crianças começam, desde muito cedo, a ajudar o pai e a mãe nas atividades agrícolas e domésticas, o que as impede de freqüentar escolas com regularidade e de adquirir uma profissão diferente da desenvolvida pelos pais. Por isso, permanecem analfabetas, em sua maioria, e a sua iniciação no mundo do trabalho se restringe ao que aprendem compartilhando as atividades dos pais e/ou parentes e conhecidos mais próximos, que formam a comunidade que as cercam.

As condições precárias de sobrevivência a que estão submetidas essas famílias só tornam a existência mais amena, em muitas situações, devido à cooperação de redes de parentescos, compadrio e amizade que são criadas segundo um princípio solidário de trocas de favores e ajudas mútuas, seja em atividades ligadas ao mundo da produção, do trabalho e da sobrevivência; seja naquelas situações relacionadas com os ritos mais amplos de acasalamento, nascimento, morte, doenças, etc., que envolvem a dimensão social e religiosa de mundo.

Portanto, a articulação entre uma estrutura tradicional de família e essas redes de parentesco e amizade dão a base social dá "fixação", mesmo que temporária, da população camponesa no Ceará. Não é, contudo, suficiente para perpetuá-la porque a sua sobrevivência está constantemente ameaçada pela instabilidade econômica advinda de sua condição social de pobreza, evidenciada por altos índices de mortalidade infantil, subnutrição, analfabetismo, criminalidade e migração.

Afinal, a fixação populacional só é possível quando há garantia de sobrevivência regular que permita aos indivíduos e famílias o desenvolvimento dos diferentes ciclos de vida biológica e social e, assim, ficar por anos a fio em um mesmo lugar - ou casa, rua, bairro, área geográfica, comunidade, cidade... - rotinizando hábitos, cultuando e reproduzindo uma determinada forma de vida social e cultural.

Para o camponês pobre do Ceará coloca-se, permanentemente, a necessidade de migrar pelo fato de imperar no campo uma determinada estrutura agrária concentracionista que expulsa, muito mais do que fixa, grandes contingentes humanos. Isso ocorre tanto no latifúndio produtivo quanto no improdutivo. Acontece também nos modernos projetos governamentais de assentamentos agrícola, pelo efeito seletivo que define e restringe o número de colonos.

Quando o latifúndio é produtivo, a expulsão ocorre pela introdução de relações de assalariamento que desvinculam o camponês da terra e o obrigam a residir nos pequenos núcleos citadinos do interior. No caso de ser o latifúndio improdutivo, a expulsão também ocorre para que o tempo de residência e de trabalho do morador na terra não crie direitos de produtividade, previstos pela legislação fundiária no Brasil. Trata-se, portanto, de uma realidade social que favorece a mobilidade espacial e força a transferência populacional do campo para as cidades próximas ou distantes, e todas as políticas e programas governamentais criados até hoje para conter esse fluxo "ameaçador" foram e serão sempre fracassados, em parte, porque a estrutura concentracionista de terras no Ceará perdura e continua intocável.

Por isso, as famílias cearenses pobres do campo tendem, continuamente, a um esfacelamento, considerando que a migração se apresenta como única solução de vida e de sobrevivência de muitas delas. Se em tempos de seca, a migração se dá de forma abrupta, abrangendo toda a família e até comunidades inteiras, que são obrigadas a se deslocar para Fortaleza em busca de assistência governamental ou para outras regiões do país, em momentos de "normalidade" climática, a migração assume outras características, ocorrendo de forma individual e/ou familiar. Contudo, em ambas as situações, há o deslocamento de conjuntos consideráveis de pessoas.

Tendencialmente, migra o pai de família, quando ele ainda é jovem. Considerando que tanto a entrada no mundo do trabalho, quanto a constituição de uma nova família pelo casamento ou pelo simples acasalamento acontecem muito cedo para os jovens do campo, não raro o "chefe" de família que migra se encontra em torno dos 20 anos de idade. No caso de famílias mais antigas, migram os rapazes e/ou o chefe de família - sendo comum que saiam aqueles que já tiveram experiências anteriores de migração - de modo temporário ou definitivo, com o propósito de enviar ajuda financeira para a família e/ou de voltar para buscá-la; ou ainda, de iniciar um pequeno negócio (mercearias, bares, lanchonetes,...), no caso de serem bem-sucedidos em seus projetos de migração. Por outro lado, a saída dos filhos impede que a atividade agrícola dos pais tenha continuidade, considerando que ela só é possível com base no trabalho solidário de toda a família.

Fica claro que a descrição da dinâmica de vida da família campesina e de sua articulação com as redes de parentesco e amizade, realizada até aqui, tem um caráter reconhecidamente abstrato e, por isso, insuficiente para fazer entender inúmeras situações presentes no cotidiano dessas populações. Contudo, a sistematização dessa dinâmica em tais "modelos" torna-se necessária para que esclareçamos a importância que a estrutura familiar e as redes de parentesco e de amizade exercem no âmbito da reprodução social e cultural dos camponeses pobres do Ceará, fatores que podem ser estendidos a outras áreas geográficas do Brasil, onde o

latifúndio e a modernização da produção operam segundo regras de exclusão social.

Nesse contexto, é preciso voltar a dizer que as redes de parentesco e de amizade que conformam a dinâmica migratória no Ceará foram constituídas processualmente ao longo de uma história secular de deslocamentos populacionais. Por essa razão, torna-se inócuo procurar dimensionar em que medida elas determinam e/ou são condicionadas pelas migrações. É muito mais fértil entendê-las como parte integrante dessa história, porque após décadas sucessivas de experimentos migratórios já não encontramos estruturas societárias e culturais desconectadas das já referidas tradição e cultura migratórias.

A migração, por seu lado, tornou-se também indissociável da formação dessas estruturas familiares e solidárias porque se deu, secularmente, de forma parcial e temporária, considerando-se que as condições de receptividade que o cearense encontrou nos locais de destino quase nunca lhe favoreceram a fixação definitiva, criando nele, sempre, a expectativa de retorno e o desejo de estabelecer laços familiares e culturais com os locais de origem, onde as relações sociais lhe permitem ter um rosto cultural definido e uma identidade social que não encontra facilmente nos locais de destino.

Por essas razões, nem as estruturas societárias responsáveis pela fixação impediram a mobilidade espacial e periódica de parte considerável do campesinato cearense. As migrações, por outro lado, não chegaram a inviabilizar a reprodução dessas estruturas familiares de solidariedade mais ampla, bem como da organização de outras formas associativas e experimentos sociais de resistência, de sujeição ou de luta pela terra, que embora dêem o contraponto da questão migratória, não constituem objeto de análise deste trabalho, sendo destacadas apenas quando se faz necessário para a compreensão do peso social da mobilidade populacional na história social do Ceará.

Nesse sentido, precisamos operar, simultaneamente, com referências sistêmicas e históricas de análise. Sem essa associação analítica, o nosso estudo não conseguiria evitar a fragmentação de instâncias fundantes da dinâmica migratória em questão. A propósito disso, é que passamos, agora, ao detalhamento do modo como

funcionam as redes de parentesco e de amizade no processamento das migrações individuais, grupais e/ou coletivas, na motivação de projetos migratórios.

A decisão de migrar nasce sempre em um dado contexto familiar, onde são formulados carências, problemas e possibilidades de melhoria de vida para um indivíduo isoladamente, ou para o conjunto da família. Ela pode esboçar-se sob a forma de uma "oferta" ou de uma "demanda", considerando-se que as redes sociais de parentescos que se articulam com a migração, pressupõem um distanciamento sócio-espacial entre pessoas, parentes e amigos. A migração é precedida de uma "sondagem" sobre as possibilidades de êxito que os indivíduos têm ao se deslocarem para outra região em busca de novas condições de vida.

A sondagem pode corresponder a um longo processo de amadurecimento da idéia de migrar, antes mesmo que o indivíduo tenha recebido qualquer proposta direta de familiares e/ou amigos para realizar a migração. Essa atitude é muito comum em crianças e adolescentes que, não raro, associam o ápice do seu amadurecimento como indivíduo ao momento em que reunirão condições de emigrar, o que ocorre, normalmente, aos 18 anos, quando, como já dissemos, podem ser chamados a cumprir o serviço militar e regularizar a documentação de maioridade legal, como as carteiras de identidade e de trabalho.

Os retornos sistemáticos de migrantes ao local de origem têm a função de alimentar o sonho e a atitude migratória das populações jovens. Eles acontecem, normalmente, no período de férias do migrante trabalhador e tendem a coincidir com as datas festivas relativas à comemoração anual dos "santos padroeiros" de cada localidade, as quais são organizadas pela Igreja Católica, e/ou das famosas romarias a Canindé e Juazeiro do Norte, acontecimentos de grande significado social na vida interiorana do Ceará.

Na decisão de retorno pode estar implícito, tanto o projeto de voltar a residir no local de origem - quando o migrante, por alguma razão, não se sente satisfeito no local para onde migrou - quanto o de ficar apenas, temporariamente, para rever ou buscar familiares e amigos, visando restaurar os laços culturais e afetivos com a comunidade de origem. Assim, em ambas as situações, o

retorno do migrante à sua comunidade é um momento especial para a reconstituição do fluxo migratório, o qual realiza-se, fundamentalmente, como já dissemos, através das redes de parentesco e de amizade.

A iniciativa de migrar também pode resultar de uma necessidade do parente que se encontra distante. Essa solicitação ocorre, principalmente, pela necessidade de famílias ou casais emigrados, que têm dificuldade de guarda e de cuidados com filhos pequenos; também daqueles que desfizeram a união por separação, morte ou doença de um dos membros. O pedido de ajuda é, então, dirigido às mulheres da família - caso das irmãs, tias, sobrinhas, etc. - para permitir que os pais continuem ou recomecem a trabalhar.

As consultas e trocas de informação são realizadas através de cartas, telefonemas e conhecidos, bem como de encontros periódicos, por ocasião dos retornos ao local de origem, podendo levar meses, até que a migração seja efetivada. A duração das "negociações" varia em função da disponibilidade de recursos financeiros, da urgência contida na demanda ou da oferta efetiva de oportunidade de trabalho e, ainda, da disposição do indivíduo para migrar.

A apreensão desse processo é muito profícua quando se analisa cartas trocadas entre parentes e amigos distantes. As informações tendem a ser precisas para que a operação de deslocamento do migrante ocorra sem atropelos. Rigorosamente, são acordados todos os detalhes importantes referentes à viagem, como: data, horário, custos necessários, envio e obtenção do dinheiro. A preparação da viagem implica, muitas vezes, em custos e endividamentos realizados pelo migrante no local de origem.

Os agentes que podem ajudar nesses gastos são variados e são encarnados, tanto pelo "político" - um vereador ou prefeito do município - quanto pelo "agiota" - aquele indivíduo que empresta o dinheiro para a compra da passagem, com o compromisso informal de que o migrante o restituirá com juros, logo que disponha de dinheiro par tal. A garantia de que este dinheiro será restituído reside na expectativa moral que a família ou a comunidade de origem tem com relação àquele membro da família que parte. O não pagamento da dívida implicará na impossibilidade de retorno

futuro do migrante e/ou na desmoralização da família que ele integra na comunidade de origem. Por isso, o empréstimo de dinheiro pode ser feito com relativa tranqüilidade, tendo por base a palavra empenhada.

Esses "agentes financeiros informais" são muito comuns no interior do Ceará, considerando que o camponês pobre não tem acesso aos bancos, pelo fato de haver critérios definidos para a concessão de crédito, que são restritos a indivíduos que possuem escolaridade adequada, rendas e/ou bens capazes de assegurar a restituição posterior do empréstimo, em caso de não pagamento no prazo estabelecido pela agência formal de crédito. Em outras situações, o migrante se vê obrigado a vender terras, colheitas, pequenos pontos comerciais, animais, bicicletas, eletrodomésticos e equipamentos de trabalho, para reunir o dinheiro necessário à compra de passagem, aos gastos durante a viagem e àqueles relativos aos primeiros dias da chegada ao local de destino.

As empresas de ônibus interestaduais só realizam a venda de passagem à vista, não oferecendo nenhum sistema de crédito que permita o parcelamento da quantia referente à passagem, garantindo apenas a reserva de lugar com alguns dias de antecedência. Há casos em que o migrante realiza a viagem em caminhões de carga, através de motoristas conhecidos, mas estas não é a regra geral. Na maior parte das vezes, os migrantes tendem a recorrer às empresas de ônibus, mesmo enfrentando custos muito altos de transportes, em relação às suas possibilidades de custeio da viagem.

A partida do migrante é acompanhada festivamente por familiares e amigos. O movimento de pessoas nas estações rodoviárias do interior do Ceará é intenso, e a espera pelo momento da partida se dá em meio a muita alegria e inquietação, que envolve a guarda de bagagem, recomendações, envio de encomendas para parentes distantes, conselhos e advertências com relação aos gastos de viagem, guarda de pertences, roubos, acometimentos de saúde, etc.

Há pessoas de todas as idades participando do momento de despedida, mas entre os que partem predomina a presença de jovens do sexo masculino. Eles viajam sozinhos, com amigos ou

familiares que ali estiveram em férias, com o encargo suplementar de acompanhar parentes e/ou amigos na viagem. Cada passageiro encarna um projeto familiar e articula-se com a história da família e das tradições migratórias daquele local. Os migrantes, em geral, trajam vestimentas simples mas procuram se apresentar da melhor forma possível, ou seja, reproduzindo os modelos proporcionados por outros migrantes que retornaram ao local de origem, portanto, um estilo "urbano" de vestir: calça blue-jeans, tênis ou sapato fechado, camisa social ou de malha, indumentária adotada também pelas mulheres, acrescida de maquiagem, bijouterias e perfumes baratos. No conjunto, os migrantes se distinguem dos que ficam pela forma como se vestem e pela atenção especial que lhes dedicam os demais, em meio ao burburinho típico das "despedidas" em logradouros públicos.

O clima social nas estações e agências rodoviárias, por ocasião da chegada de ônibus do sul do país nas cidades interioranas do Ceará, também é de muito entusiasmo. Os migrantes que retornam apresentam muitas novidades, a começar pela linguagem, vestuário e comportamento mais expansivo. O contraste entre os que retornam e as famílias que os recebem é enorme! Os primeiros encarnam sinais de urbanidade, na qualidade das roupas que trajam; nos cordões, pulseiras, anéis e brincos banhados a ouro, relógios vistos nos braços, equipamento de som, sacolas e malas de tecidos emborrachados ou sintéticos, etc... Eles se movimentam com desenvoltura, cumprimentam efusivamente os parentes e amigos que os recebem, usando gírias e expressões que aprenderam fora, carregando no sotaque "sulista", bastante valorizado no Ceará, por ser originário de um centro econômico e cultural mais moderno.

A propósito desse intenso processo de intercâmbio cultural, vale lembrar que, na realidade, o operário e o camponês pobre analfabeto são um mesmo personagem, fundidos que foram pela experiência migratória iniciada há mais de um século. Esse fato, parece retratar, inclusive, muito bem, o processo de modernização capitalista brasileiro, o qual fez a "ponte" entre o tradicional e o moderno, entre o rural e o urbano, de uma forma incrivelmente rápida e intensa, na qualidade de projetos voluntários e/ou invo-

luntários de migração de milhares de camponeses, à revelia, muitas vezes, de orientações governamentais e de suas políticas sociais, bem como de trabalhos partidários de organização política das massas, em prol da reforma agrária, orientados para a resistência e "fixação" do homem sertanejo na terra.

Para finalizar a presente exposição, recordemos que tem havido nos últimos 100 anos inúmeras tentativas governamentais de conter a emigração espontânea ou forçada, e ainda de reorientá-la, visando atender interesses econômicos de grandes proprietários, de especuladores de terra, de industriais, etc. Contudo, essa experiência contribuiu para que, paralelamente, a decisão de migrar passasse a ser feita espontaneamente, naqueles momentos em que o poder público se manteve indiferente ou aquém das demandas sociais das populações pobres de campos e cidades interioranas, transformando os fluxos migratórios de episódios isolados em movimento contínuo de indivíduos, famílias e grupos comunitários, segundo bases culturais bastante sólidas.

Esse movimento contribuiu, por um lado, para a modernização econômica do país e, por outro lado, tem significado uma "solução" popular para a ausência de mecanismo sério de sobrevivência dessas camadas sociais, principalmente no que diz respeito à legalização do direito de posse da terra, das relações trabalhistas, da monetarização das atividades produtivas comerciais e de trabalho no campo, que restringem a ampliação de horizontes de vida e de consumo daqueles produtos industriais que a própria modernização foi criando, embora de forma espacial e social bastante desigual, o que não impediu que tudo isso se tornasse objeto de desejo para setores "marginalizados" da sociedade brasileira.

O migrante sertanejo foi buscar dinheiro naqueles espaços produtivos, onde ele, de fato, se concentrava, forçando uma articulação com a modernidade que esteve à margem da ação governamental, muito embora, direta ou indiretamente, com ela relacionada. A sua ação migratória favoreceu a elevação dos lucros dos capitalistas no sul do país, porque ele se submeteu a condições ínfimas de assalariamento em atividades urbanas e rurais, realizando trabalhos mais "pesados" e desqualificados, bem como, por constituir-se em consumidor explorado pelo sistema de

crédito para compras a prazo, que, sabidamente, eleva o valor das mercadorias muito além dos preços de mercado.

Contudo, tais condicionamentos estruturais, decorrentes do tipo de modernização econômica praticada no Brasil, a qual foi baseada no empobrecimento consciente e crescente de uma parcela significativa da população, não puderam evitar a contrapartida política e cultural que a presença de camponeses nordestinos trouxe para o Brasil: a modernização das aspirações sociais da população interiorana.

Costumeiramente, o que os demógrafos e sociólogos fazem é categorizar os migrantes nordestinos de forma fragmentada, ora como "mão-de-obra barata e desqualificada", ora como "vítimas do latifúndio e da seca". Esta última é a abordagem sociológica mais comum, quando realizada na perspectiva da realidade nordestina. Afora isso, há as análises desenvolvidas por cientistas sociais em São Paulo, que tratam os migrantes nordestinos como "problema social" - por constituírem no meio urbano, os favelados, os desempregados, os marginais, os pedintes, etc... - que atordoam as autoridades e órgãos assistênciais do Governo Estadual e exigem a concepção e a operacionalização de políticas sociais que resolvam os impasses sociais que esses contingentes migratórios representam.

Afinal, por trás de cada dimensão social acima mencionada, estão envolvidas uma série de práticas, de ligações sociais solidárias, afetivas e racionais, bem como de conflitos e dramas que levam, muitas vezes, ao crime, ao suicídio, às situações extremas, que incluem a mendicância, as quais precisam ser consideradas em conjunto. Contudo, essas dimensões aparecem tão costumeiramente desvinculadas e estilhaçadas que reuni-las implica em buscá-las sob títulos especializados em livros sobre "marginalidade", "sub-emprego", "favelamento", "violência urbana", "desemprego", "esvaziamento do campo", "luta pela terra", etc.

Nessa pesquisa, realizamos um verdadeiro trabalho de bricolagem ao buscar entender dimensões, a um só tempo, subjetivas e objetivas, históricas e sociológicas que envolvem a emigração de cearenses, com o intuito de compor um perfil social mais completo de indivíduos anônimos e pobres, de camponeses sem-

terra e favelados urbanos, que são, no fundo, as duas faces de uma mesma moeda: a do abandono e empobrecimento crescente das classes populares no Brasil.

Tratam-se, na realidade, de momentos especiais e sociais únicos, travestidos de um personagem social singular que é fragmentado muito mais pelas limitações metodológicas da sociologia especializada, do que pela sua configuração sociológica.